

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 14/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2019

(Contém 12 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 14/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2019**

Aos doze dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 5 de julho de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Fernando Jorge Ventura Moniz, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**CONSTRUÇÃO DO HOTEL DO GRUPO INTERNACIONAL HILTON:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual a previsão do início das obras de construção do Hotel do Grupo Internacional Hilton, no Tecnoparque.

A Senhora Presidente informou que a semana passada teve uma reunião com membros do Grupo Internacional Hilton que informaram que estão a preparar o caderno de encargos e o programa de concurso para ser lançado o concurso internacional para construção do Hotel, no Tecnoparque. Mais informou que ao abrigo do Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial – Competir +, tem de ser por concurso internacional, mas o Grupo também tem como política, nas construções dos seus Hotéis, a adoção do procedimento de concurso internacional. Até ao final do ano deve estar concluído o processo e a construção deve iniciar-se no princípio do ano de 2020.

A Câmara tomou conhecimento.

SEMÁFORO NA RUA PADRE MARIANO FURTADO MENDONÇA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que o semáforo na Rua Padre Mariano Furtado Mendonça, no entroncamento com a Av. Infante D. Henrique, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, não atua com motas. Foi alertado por um indivíduo e constatou que enquanto um automóvel não chega, o sinal não atua para a mota que está ali à espera. O sensor não está devidamente sensível à situação das motas.

A Senhora Presidente informou que irá dar conhecimento desta situação à Empresa responsável.

A Câmara tomou conhecimento.



MAUS CHEIROS NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que, no final do dia de ontem, havia novamente maus cheiros na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Estava à porta do seu estabelecimento comercial e constatou turistas a passar na rua e a comentar a situação, o que não é um bom cartaz turístico para a Cidade de Lagoa.

A Senhora Presidente disse que viu a publicação sobre este assunto, na página pessoal do Facebook do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Respondeu que pensa não se tratar das instalações de suinicultura, mas de algum lavrador que espalhou estrume nas terras. As situações das quais a Câmara Municipal tem conhecimento são comunicadas aos Serviços da GNR - Guarda Nacional Republicana.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que a reincorporação da matéria orgânica no solo é uma boa prática ambiental, mas tem o inconveniente dos maus cheiros. Acrescentou, que os lavradores têm que aplicar também as boas práticas agrícolas de envolver o estrume o mais rapidamente possível.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que esta matéria está prevista em legislação própria e os lavradores têm 48 horas para envolver o estrume nas terras.

A Câmara tomou conhecimento.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU):

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual o custo de depósito, por tonelada, dos resíduos no Aterro da Ilha de São Miguel.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que o depósito da recolha seletiva não tem qualquer custo para a Câmara Municipal e o depósito dos resíduos indiferenciados, vulgarmente denominados por "lixo comum", tem um custo de 33,59 € por tonelada. Os resíduos verdes têm um custo de depósito de 13,10 € por tonelada, sendo a custo zero para os particulares.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que na informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal foi apresentado o assunto "Câmara de Lagoa apela à não utilização de sacos de plástico" e solicitou a opinião do Senhor Vereador Nelson Santos sobre este assunto, pois julga que o plástico é a matéria mais fácil de reciclar.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que depende do conceito de reciclar/reutilizar. O plástico não é a matéria mais fácil de reciclar, o vidro tem um processo muito mais simples, por exemplo.



O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o procedimento que é dado ao material da recolha seletiva (ora porta a porta, ora dos ecopontos), que é encaminhado para o Centro de Triagem Automatizado do Ecoparque da Ilha de São Miguel. Expôs que o plástico na Central de Triagem Automatizado é separado por oito tipologias diferentes, sendo que o tratamento é variável consoante a Indústria que o vai receber. Acrescentou, que o objetivo é erradicar a utilização do plástico, mas acredita que há plástico que nunca vai deixar de existir.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que andam a discutir a questão das “palhinhas e dos cotonetes”, mas isso é muito redutor, porque todos os dias se consome muito plástico, pois em todas as embalagens há plástico. Quando questionou o custo do depósito, por tonelada, dos resíduos no Aterro, é porque entende que se tem de pensar em medidas para alcançar os objetivos de reciclagem para 2020.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que Portugal está atrasado em relação às metas de reciclagem de resíduos urbanos, impostas pela União Europeia para 2020, pelo que Portugal previsivelmente não vai cumprir as metas. Uma das metas que também vai ser difícil de cumprir nos Açores até 2020 está relacionada com a matéria orgânica em aterro. No caso de São Miguel, após a Empreitada de Conceção, Construção e Fornecimento de um Centro de Tratamento Mecânico de Resíduos da Ilha de São Miguel, será certamente um dos grandes objetivos a concretizar.

Mais informou o Senhor Vereador Nelson Santos que as equipas de sensibilização continuam a informar e a alertar as pessoas de como devem proceder em relação à reciclagem dos resíduos sólidos urbanos. As campanhas de caracterização mostram que nos resíduos indiferenciados há cerca de 40% do peso que são de resíduos biodegradáveis.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se já pensaram na possibilidade da Câmara Municipal comprar resíduos e quanto custa comprar uma tonelada de vidro.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que as campanhas de compra de resíduos que são por vezes difundidas pela Comunicação Social são mais de sensibilização do que solução prática. O próprio Governo Nacional está a preparar uma legislação que obriga à implementação de tara recuperável a todas as embalagens e não só das embalagens de vidro.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que esteve no parque de merendas do Pisão e verificou que só existe, naquele espaço, um contentor verde para depósitos de resíduos, não existindo contentores para a reciclagem. Quando há um grande apelo à reciclagem, ficou surpreendido por não existir contentores próprios para a reciclagem, em espaços públicos.



O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que já houve ecopontos completos nos merendários, mas infelizmente como as pessoas não respeitavam e misturavam todos os resíduos, os ecopontos foram retirados.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado defendeu que a Câmara Municipal deveria pensar na possibilidade de comprar resíduos, em vez de pagar para depositar no Aterro.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que o Município tem a responsabilidade da gestão dos resíduos urbanos e não de os pagar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou a sugestão da Câmara Municipal colocar barracas à porta das superfícies comerciais (Continente e Casa Cheia) para comprar garrafas de vidro, ou outras, uma vez que paga à tonelada para os recolher.

O Senhor Vereador Nelson Santos disse que como já referiu são estratégias, mas de sensibilização, sendo no caso do vidro uma quantidade menor, porque são fáceis de reciclar. Os materiais de plástico e metal são os mais problemáticos para reciclar, pela variedade e quantidade.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que é uma luta que tem desde o início deste mandato, tentar arranjar um mecanismo eficaz e que torne o Concelho de Lagoa pioneiro no sistema de recolha dos resíduos sólidos urbanos. Leva um desgosto, porque já estão quase a meio do mandato e têm um Vereador qualificado nesta área do ambiente e ainda não conseguiu fazer nada.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que alterações de melhoria têm vindo a ser implementadas, mas a mais difícil será a mudança, quase cultural, de alteração de comportamentos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado acrescentou que já se disponibilizou para irem todos, porta-a-porta entregar sacos às pessoas e explicar as regras da reciclagem, em vez de ser equipas de pessoal da AMISM que não conhecem os residentes do Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente referiu que percebeu as preocupações apresentadas pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e a posição do Senhor Vereador Nelson Santos, mas defendeu que tem de ser analisado o quadro legal das ideias apresentadas. Ter uma barraca à porta de uma superfície comercial para comprar garrafas, implica ter a situação devidamente prevista, aprovada pelos Órgãos competentes e ser criado todo o procedimento inerente à realização do serviço.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, a Câmara Municipal depois de analisar juridicamente a situação e, sendo possível, poderia dar o primeiro passo.

A Senhora Presidente respondeu que não há nada que não seja devidamente estudado com o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.



VISITA A EMPRESAS DE ÁGUA DE PAU:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou quais foram as preocupações manifestadas pelas Empresas de Água de Pau, no âmbito das visitas mensais que fazem às empresas sediadas no Concelho de Lagoa.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que não houve nada de relevante, cada Empresa tem as suas preocupações muito particulares. A principal preocupação foi manifestada pelo proprietário do Café Multimédia e está relacionada com a questão dos resíduos, e a falta de espaço para os armazenar, mas a situação está a ser resolvida. Por parte da proprietária do Salão Nélia foi levantada a questão do saneamento, porque quando chove muito têm problemas. Mais informou a Senhora Presidente que já apurou a situação e existe uma diferença nas cotas, o saneamento do salão está a um nível mais baixo do que o do arruamento e este será um problema difícil de solucionar. Pelos proprietários do Restaurante Paraíso do Milénio foi colocado o problema de falta de pessoal para trabalhar na cozinha do Restaurante, pelo que pediram ajuda à Câmara Municipal no sentido de identificar pessoas desempregadas e encaminhá-las para aquele Restaurante. Sobre a visita à Empresa ANC Experience Resort, a Senhora Presidente informou que foi solicitado a disponibilização de informação daquela Empresa, nas aplicações da Câmara Municipal com informação sobre o Concelho da Lagoa.

Informou, ainda, a Senhora Presidente que pelo proprietário do Café Multimédia foi apresentada uma sugestão em relação ao parque de estacionamento, em frente ao seu estabelecimento comercial, de retirar a entrada e saída no centro do parque, acrescentando mais três lugares de estacionamento e o parque passar a ter sentido único, com uma entrada e uma saída. Ficou acordado que o Gabinete Técnico da Câmara Municipal iria estudar o assunto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que já tinha falado sobre este assunto com o proprietário do Café Multimédia e fez um estudo da situação. Para além de eliminar a entrada e saída no centro do parque, ganhariam muito mais espaço de estacionamento se o mesmo passasse a ser feito em 45° em vez de ser a 90°. Se aquela rua passasse a sentido único também se poderia aumentar mais uma faixa de estacionamento, o que aumentaria em 50% a capacidade de estacionamento naquele parque de estacionamento.

A Senhora Presidente solicitou ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado o estudo que já fez sobre o assunto, para ser analisado pelo Gabinete Técnico da Câmara Municipal e posteriormente ser presente à Comissão de Trânsito.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:**PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Campeonato Regional de Patinagem Artística na Lagoa apurou atletas para o Nacional;
- Câmara de Lagoa apela à não utilização de sacos de plástico;
- Presidente da Câmara Municipal recebeu nova Comandante da PSP de Lagoa.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:****PONTO N.º 2 – RELATÓRIO N.º 02/2019 - FS/SRATC – AUDITORIA AOS ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS POR ENTIDADES PRIVADAS - MUNICÍPIO DA LAGOA (AÇÃO N.º 16-201FS2):**

Foi presente o ofício n.º 1067 – ST, de 05 de julho de 2019, do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, que abaixo se transcreve, acompanhado do relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2):

“Notifica-se V. Exa., para conhecimento e efeitos do disposto na alínea o) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da aprovação, em sessão de 04-07-2019, do relatório mencionado em epígrafe, o qual se anexa.

Os emolumentos deverão ser pagos de acordo com o prazo indicado na guia que, igualmente, se anexa.”

A Câmara tomou conhecimento do Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), enviado pelo Tribunal de Contas e deliberou, por unanimidade, dar conhecimento do referido Relatório à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



PONTO N.º 3 – SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DA LAGOA:

Na sequência do Relatório n.º 02/2019 - FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), enviado pelo Tribunal de Contas, a Senhora Presidente apresentou as recomendações, contempladas naquele relatório, que abaixo se transcrevem:

“8. Recomendações

Tendo presente as observações constantes do presente Relatório e face às respostas obtidas em sede de contraditório, considera-se pertinente recomendar ao Município da Lagoa o seguinte, reiterando, em parte, a 6.ª recomendação formulada no Relatório n.º 19/2009-FS/SRATC, de 03-12-2009, relativa à aplicação dos regulamentos municipais sobre a atribuição de apoio, e a 3.ª recomendação formulada no Relatório n.º 17/2012-FS/SRATC, de 18-12-2012, sobre o regime legal do endividamento municipal:

Recomendação

Suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa e, conseqüentemente, cessar a atribuição de apoios financeiros, sob qualquer forma, até que estejam reunidas as seguintes condições mínimas:

1.ª Alteração do Regulamento de modo a prever, expressamente:

- A proibição da atribuição de apoios que envolvam a assunção, direta ou indireta, de encargos com o serviço da dívida de empréstimos formalmente contraídos por entidades privadas;
- O aperfeiçoamento do conteúdo dos contratos-programa ou outros instrumentos que formalizem a concessão de apoios financeiros, prevendo uma clara e completa especificação das atividades ou projetos a desenvolver, assim como da natureza das despesas a financiar, de modo a que possa ser exercido um controlo efetivo da aplicação das verbas atribuídas;
- A obrigatoriedade das entidades beneficiárias comprovarem documentalmente a aplicação das verbas recebidas nas finalidades a que se destinam;
- A informação periódica à Câmara Municipal sobre os resultados do controlo feito à aplicação dos apoios atribuídos.

2.ª Dotar os serviços municipais dos meios necessários, estabelecer os circuitos e definir as responsabilidades para a efetiva aplicação do Regulamento, designadamente quanto à análise e seleção das candidaturas e ao controlo da aplicação das verbas atribuídas.

Com o acatamento das recomendações formuladas, o Tribunal de Contas espera impactos positivos no cumprimento da legalidade e na melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade.”

A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que os respetivos serviços irão, de imediato, começar a trabalhar, com a colaboração do Gabinete Jurídico, na revisão do



Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa, de forma a contemplar as recomendações estabelecidas pelo Tribunal de Contas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Acatar a recomendação formulada, pelo Tribunal de Contas, no Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), de suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa e, consequentemente, cessar a atribuição de apoios financeiros, sob qualquer forma, até que estejam reunidas as condições estabelecidas pelo Tribunal de Contas;

2.º Informar o Tribunal de Contas, até ao dia 31-12-2019, sobre as medidas tomadas em acatamento da recomendação formulada;

3.º Dar conhecimento desta deliberação à Assembleia Municipal.

PONTO N.º 4 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE BARES DA FESTA IN LAGOA:

Foi presente o processo do procedimento concursal para cessão do direito de exploração de bares da Festa In Lagoa. O presente procedimento concursal tem por objeto a cessão do direito da exploração de 6 (seis) bares, localizados no recinto da Festa In Lagoa, sito no Convento de Santo António, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa – Açores, que se realizará na noite de 17 de agosto e madrugada do dia 18 de agosto de 2019. O direito de exploração é concedido a título precário e realizar-se-á na noite de 17 de agosto e madrugada do dia 18 de agosto de 2019, coincidente com a duração do evento.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, aprovar o processo do procedimento concursal, nas condições apresentadas, para cessão do direito de exploração de bares da Festa In Lagoa, a ter lugar no Convento de Santo António, sito na rua de Santo António, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa.

PONTO N.º 5 – PROJETO DE EMPARCELAMENTO SIMPLES – FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Paulo Patrício Brum Amaral, residente na Rua do Rosário n.º 157, Vila de Rabo de Peixe, Concelho da Ribeira Grande, solicitando nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto,



aprovação do projeto de emparcelamento simples, na freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho.

Pelo Gabinete Técnico desta Câmara Municipal foi prestada a informação n.º 7/2019, que abaixo de transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pela Sr. Paulo Patrício Brum Amaral, relativo ao pedido de emparcelamento simples em causa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, somos a informar, e tendo também em consideração o parecer do IROA emitido sobre o assunto que nada temos a opor à pretensão.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de emparcelamento simples, na freguesia da Ribeira Chã, deste Concelho, conforme requerido por Paulo Patrício Brum Amaral, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 11 de julho do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 693.826,85 € (seiscentos e noventa e três mil oitocentos e vinte e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

PONTO N.º 7 – DELIMITAÇÃO DE UMA UNIDADE DE EXECUÇÃO:

Foi presente a informação n.º 2019 38_UE informa, de 3 de julho de 2019 do Gabinete Técnico, na sequência do pedido de delimitação de uma Unidade de Execução (UE), que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Iniciar o procedimento da delimitação de uma Unidade de Execução na Área Turística de Água de Pau (UOPG 13);

2.º Submeter a presente proposta de delimitação, a discussão pública, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 152.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na RAA, uma vez que a área da UE não se encontra abrangida por plano pormenor.



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO